MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA NA VIDA DE MULHERES NEGRAS DO ESPAÇO URBANO: DO LIMITANTE DIREITO À CIDADE ÀS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

MARKERS OF GENDER AND RACE IN THE LIVES OF BLACK WOMEN IN URBAN SPACE: FROM THE LIMITING RIGHT TO THE CITY TO STRATEGIES OF RESISTANCE

MARCADORES DE GÉNERO Y RAZA EN LA VIDA DE LAS MUJERES NEGRAS EN EL ESPACIO URBANO: DEL DERECHO LIMITADOR A LA CIUDAD A LAS ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente/SP. Pós-doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
E-mail: larissa.coutinho@unesp.br

Rizia Mendes Mares
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente/SP. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB).
E-mail: rizziamendesmares@gmail.com

Resumo:
A partir de revisão bibliográfica e da análise de dados de âmbito nacional fornecidos por institutos de pesquisa, pretende-se incitar uma discussão sobre a realidade das mulheres negras nas periferias das cidades brasileiras. Partimos da compreensão geográfica denunciadora da suposta neutralidade do espaço geográfico, que por muito tempo reproduziu análises androcêntricas, racistas, machistas e heteronormativas. Acreditamos que a plena experiência da urbanidade é condição privilegiada apenas para alguns segmentos sociais, enquanto grande parte da população sobrevive em meio a uma série de dificuldades sociais, econômicas, culturais e ambientais, que as impedem de usufruir do direito à cidade. Dentre este grupo, destacamos as mulheres negras, que sofrem intensa exclusão em virtude da interseccionalidade de sua condição, mas que apesar da pobreza, preconceitos e violências, por meio de sua capacidade de resistência, do apoio de agentes e da formação de grupos de economia solidária, entre outros, têm alcançado conquistas, por vezes pontuais, porém significativas, nestes espaços.
Palavras-chave: Interseccionalidade, Espaço Urbano, Segregação Socioespacial, Direito à Cidade, Economia Solidária.

Abstract:
From the literature review and analysis of national data provided by research institutes, we intend to stimulate a discussion about the reality of black women in the outskirts of Brazilian cities. We start from a geographic understanding that denounces the supposed neutrality of geographic space, which for a long time reproduced androcentric, racist, sexist, and heteronormative analyses. We believe that the full experience of urbanity is a privileged condition only for some social segments, while a large part of the population survives amidst a series of social, economic, cultural, and environmental difficulties that prevent them from enjoying the right to the city. Among this group, we highlight black women, who suffer intense exclusion due to the intersectionality of their condition, but that despite poverty, prejudice and violence, through their resistance capacity, the support of agents and the formation of solidarity economy groups, among others, have achieved achievements, sometimes specific, but significant, in these spaces.
Keywords: Intersectionality, Urban Space, Socio-spatial Segregation, Right to the City, Solidarity Economy.

Resumen:
A partir de una revisión bibliográfica y del análisis de datos nacionales proporcionados por institutos de investigación, pretendemos fomentar un debate sobre la realidad de las mujeres negras en las periferias de las ciudades brasileñas. Partimos de una comprensión geográfica que denuncia la supuesta neutralidad del espacio geográfico, que durante mucho tiempo reprodujo análisis androcéntricos, racistas, sexistas y heteronormativos. Creemos que la vivencia plena de la urbanidad es una condición privilegiada sólo para algunos segmentos sociales, mientras que una gran parte de la población sobrevive en medio de una serie de dificultades sociales, económicas, culturales y ambientales que le impiden disfrutar del derecho a la ciudad. Entre este grupo, destacamos a las mujeres negras, que sufren una intensa exclusión debido a la interseccionalidad de su condición, pero que a pesar de la pobreza, los prejuicios y la violencia, a través de su capacidad de resistencia, el apoyo de agentes y la formación de grupos de economía solidaria, entre otros, han alcanzado logros, a veces puntuales, pero significativos, en estos espacios.
Palabras-clave: Interseccionalidad, Espacio Urbano, Segregación Socioespacial, Derecho a la ciudad, Economía Solidaria.

Introdução

"Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (JESUS, 2005, p.28). Esse trecho da obra "Quarto de Despejo", de autoria de Carolina Maria de Jesus, explicita como as famílias pobres e pretas dos grandes centros urbanos são consideradas nas políticas e planos urbanos: tristemente relegadas à rejeição e segregação.

Carolina, mulher negra, pobre, favelada é uma reconhecida escritora, poetisa e compositora, de origem mineira, viveu parte considerável de sua vida na favela do Canindé, em São Paulo. Mãe solo, sustentou a si e seus/suas três filhos(as) como catadora de papéis. E foi a partir do lixo, que ela encontrou a leitura, uma fuga inspiradora para resistir a vida sofrida na favela da zona norte paulistana: "E no lixo eu encontrava livros para ler, quantas coisas eu quis fazer, fui tolhida pelo preconceito" (JESUS, 2005, p.28). Preconceito este direcionado a um grupo de pessoas que residem num espaço específico: a favela. Este lugar que segundo ela, era preto, como a cor de sua pele e como a sua própria vida.

Iniciamos este artigo com as palavras e menção à trajetória de Carolina, pois acreditamos que toda a dor e luta registrada em seus manuscritos perpassa notadamente a condição para as quais lançamos o nosso olhar: a mulher negra, residente e sobrevivente das periferias das cidades brasileiras, cujas vidas são cotidianamente marcadas pela espoliação, exploração e violências das mais diversas, mas que também, estão há séculos, criando estratégias de resistências e subversões, que não as limitam à condição de sofredoras resignadas, conformadas diante das

opressões e silenciamentos aos quais foram historicamente submetidas.

Sabemos que a sexualidade é também um marcador social. As mulheres negras trans são ainda mais marginalizadas em relação às mulheres negras cis. Todavia, escolhemos enfocar nossa análise sobre as mulheres negras, independente de sua sexualidade, em virtude das informações e dados disponíveis para a discussão empírica.

O Brasil é um país racista, embora exista um discurso incoerente e perverso da conveniência pacífica e harmoniosa entre as distintas raças/etnias que compõe a tríade de nossa formação histórica, detalhada na obra do antropólogo e socólogo Darcy Ribeiro, "O Povo Brasileiro": indígenas, brancos europeus e negros escravizados (RIBEIRO, 1995). A mensagem falaciosa, das benesses de uma cultura plural e miscigenada têm servido para, além de escamotear o preconceito racial, endossar a ideia de que a pobreza no país se circunscreve apenas à questão de classe. Tal concepção é totalmente alienada, uma vez que quem reside nos espaços mais pobres das cidades, quem encontra-se em maior peso nas taxas de desemprego, e quem ocupa os trabalhos de maior informalidade e mais baixas remunerações segue sendo a população negra.

A mulher negra, é triplamente excluída, por seu gênero, sua cor e sua classe. Tal exclusão é intensificada, a depender das camadas que se sobrepõe sobre essas vidas, o nível de escolaridade bem como a ocupação profissional (já que grande parcela possui baixo nível educacional e exercem funções como empregadas domésticas e faxineiras), a devoção religiosa (sobretudo quando professam a fé em religiões de matriz africana, como o candomblé) e

a sexualidade (se considerarmos aquelas que se situam em identificação de gênero e sexualidades dissidentes do padrão heteronormativo).

De acordo com o geógrafo Alecsandro Ratts (2003), as relações raciais e de gênero possuem claramente uma dimensão espacial. De modo que os espaços privados e públicos são vividos de modo diferencial e desigual por homens e mulheres, brancos (as) e negros (as).

Destarte, uso do conceito de gênero na geografia deve levar em conta o que é dinâmico o que constrói e é construído por meio de experiências e vivências cotidianas espaciais, de representações socioespaciais, que se desenham no tempo, espaço e escala (SILVA, 2003).

As pessoas vivenciam múltiplas categorias no tempo e espaço: gênero, raça, classe social, idade, sexualidade, religião, nacionalidade, localização geográfica, casta, condição física e mental. Algumas destas categorias são fluídas, permanecendo em constante construção/desconstrução de acordo com o espaço, o lugar, o território em questão. Alguns estudos visam a articulação de diferentes marcadores sociais e suas implicações na vida em sociedade (HENNING, 2015; MOUTINHO, 2014).

Não basta sobrepor exclusões, é necessário articular teórica e metodologicamente os marcadores, já que eles não são simples variáveis independentes. Não basta elencar uma infinidade de marcadores sociais em uma pesquisa, mas sim atentar-se ao entrelaçamento daqueles que se mostram mais relevantes para a realidade estudada. A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades na produção do espaço.

É necessário frisar, conforme destacou a socióloga ugandense-britânica, Avtar Brah (2006), que para identificar determinadas diferenças como resultantes de desigualdades, hierarquias, explorações e opressões é necessário contextualizar espacialmente, temporalmente e consequentemente, culturalmente, cada marcador analisado.

Mastrodi e Batista (2018), advogados, professor e professora de Direito, afirmam que as cidades seguem elaborando planejamentos urbanos que pouco ou nada incluem em termos de políticas públicas de inclusão, ao contrário, os índices de segregação são ampliados e continua-se formando favelas e guetos, que violam a cidadania dos (as) mais vulneráveis.

É no sentido dessa reflexão que esse artigo foi elaborado. Além desta introdução e das considerações finais, o mesmo encontra-se dividido em mais três partes. No primeiro tópico dedica-se a uma apresentação teórica e metodológica sobre contribuições para os estudos urbanos a partir da interseccionalidade e de críticas de geógrafas feministas.

Consideramos geógrafas feministas, a partir da compreensão da geógrafa britânica Doreen Massey, aquelas que não necessariamente estudam gênero, uma vez que a proposta feminista não se reduz a isso, mas adotam uma postura e ações que conduzem ao reconhecimento e luta contra as desigualdades de gênero. Ademais, mesmo que se estude gênero, só é considerado feminista, pela autora, aquele(a) que é norteado(a) pelas epistemologias feministas e a reflexibilidade da prática científica, na produção de um conhecimento sempre parcial e situado e de um

saber relacional. Afinal, o feminismo é um movimento político e científico (SILVA; ORNAT; CHIMIN JÚNIOR, 2017).

O segundo item, tem por objetivo explorar a condição de segregação e violência urbana que acomete as mulheres negras, e finalmente, no terceiro tópico, há uma explanação sobre as formas de resistência que essas mulheres encontram, reivindicando os seus espaços na cidade.

As relações de gênero projetadas no espaço urbano: contribuições teórico-metodológicas da Geografia Feminista

Há um fato que foi por muito tempo ignorado nas análises espaciais de geógrafos e geógrafas e por demais profissionais que estudam o espaço urbano, tais como urbanistas, arquitetos e arquitetas: o corpo exerce influência direta sobre as nossas práticas espaciais.

Como bem explanou Massey, o espaço é uma grandeza latente que delineia nossas cosmologias estruturantes (MASSEY, 2008). Se ao interpretarmos o espaço não nos atentarmos para o fato de que as pessoas, com suas diversas características o vivenciam de formas diferenciadas, jamais admitiremos a existência de corpos indesejados aos espaços padronizados, como por exemplo, uma pessoa obesa que cotidianamente se submete a ocupar assentos apertados em ônibus e aviões; pessoas com qualquer tipo de deficiência física que, infelizmente, sofrem diversas dificuldades ao se locomoverem pela cidade, uma mulher que é constantemente assediada por homens nas ruas por onde passa, ou um jovem negro que é inconvenientemente seguido pelo olhar do segurança de um shopping center.

Quiçá seja necessário um pouco de empatia para perceber que corpos vivenciam diferentes espacialidades. Os corpos fazem diferença em nossas práticas espaciais, como objetos de vivências, experiências multissensoriais, que ao se movimentarem e se relacionarem, produzem diferentes espacialidades. Conforme afirma a arquiteta e urbanista Rossana Tavares (2011, p. 8): "O espaço é determinante de forma coextensiva às relações de gênero e as outras dimensões sociais: classe, raça, geração." Ao existirmos, vivermos e construirmos no/do espaço, diferentes dimensões de nossa vida se articulam nele.

Algumas teorias pós-estruturalistas impactaram a formulação de ideias de várias ciências, inclusive a Geografia. Trabalhos como os de Michael Focault (1979), Jaques Derrida (1967), e teorias psicanalíticas, como as de Jacques Lacan (1977) e Julia Kristeva (1980) tiveram grande relevância nesse processo. A inclusão do pós-estruturalismo na geografia feminista a dotou de ferramentas conceituais importantes para elevar o seu nível epistemológico. Conceitos como a desconstrução, o discurso, a identidade e a subjetividade foram acrescentadas neste período (NELSON, 2016).

Durante a década de 1990, a geografia recebeu influências do giro cultural, do pós-modernismo e do pós-colonialismo. Surge uma visão na ciência que passa a criticar o pensamento racionalista, suas pretensões totalizadoras e universais, combinando com a descrença de um conhecimento real, que seja neutro, objetivo e produto exclusivo da razão e da lógica. As categorias de análise passam a ser desconstruídas e adaptadas aos diferentes lugares e circunstâncias (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Nesta fase também surgem debates sobre o corpo e sua influência sobre escalas e relações sociais. Ainda nesta década, em 1994, é criada a primeira revista de Geografia Feminista: Gender, Place and Culture. A partir dos anos 2000, inclui-se ainda a temática da sexualidade e a teoria queer. O sexo passa a ser entendido como uma construção social, tal como o gênero (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Esta inclusão só foi possível pois, ainda nos anos 1990, o trabalho elaborado pela filósofa Judith Butler, "Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade" despertou o interesse das geógrafas feministas, que passaram a considerar a questão da corporeidade da performatividade, e suas relações com a identidade e o poder (NELSON, 2016). A geografia feminista sofreu alterações de cunho teórico metodológico, que ocorreram em virtude de duas situações: críticas de vertentes pós-coloniais e influências do pós-estruturalismo.

Tais críticas foram feitas por cientistas e estudiosas do processo de colonialidade, oriundas do Sul Global, que passaram a questionar intensamente o feminismo predominante nessa época, com sua versão branca e de classe média. Várias discordâncias foram feitas ao feminismo anglo-saxão, no sentido de vincular-se ao projeto neocolonial, ao racismo e outras hierarquias opressivas. Tais questionamentos e oposições foram importantes para desestabilizar a geografia feminista e promover sua reelaboração (NELSON, 2016).

A reelaboração da geografia feminista nos anos 1990, ao trazer para análise, além do gênero e classe, a raça, a sexualidade, a idade, as deficiências mentais e físicas, priorizou a interseccionalidade, a geopolítica norte-sul, a questão do

transnacionalismo, migrações e fluxos globais, usos de tecnologia, entre outros temas. A interseccionalidade foi um termo criado pela advogada e professora universitária estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. Tata-se de uma metodologia de estudos que implica a sobreposição de identidades, relacionando diferentes formas de opressão e discriminação (HENNING, 2015).

Esse processo também alertou as geógrafas feministas anglo-saxãs, tais como Doreen Massey, Gillian Rose, Gill Valentine e Linda McDowell de que a hegemonia da branquitude e do colonialismo eram problemas imbricados na própria disciplina geográfica.

> A desestabilização da verdade universal, a rejeição do ideal do conhecimento científico como objetivo e transparente, bem como um foco mais profundo na linguagem, poder, identidade e subjetividade, mudaram a natureza do trabalho acadêmico de muitas geógrafas feministas anglo-saxãs durante esse período (NELSON, 2016, p. 30).

Destacamos a relevância do movimento negro estadunidense, com os trabalhos de bell hooks, teórica feminista e ativista antirracista e Patricia Hill Collins, filósofa e socióloga. Na verdade, o movimento já apontava desde os anos 1970, mas obteve ampliação após publicações das autoras mencionadas. É necessário ressaltar que o movimento feminista negro nos Estados Unidos é muito antigo, ainda no século XVI destacava-se a militância de Sojourner Truth. Porém, infelizmente, o devido reconhecimento destas lutas só ganhou maior difusão após mais de um século.

Segundo Joseli Maria Silva e Maria das Graças Nascimento Silva, o feminismo negro foi fundamentado primeiramente nos Estados Unidos, posteriormente, foi propagado

no Reino Unido. Após os processos migratórios do século XX e XXI, o movimento teve de abarcar mulheres não brancas que não tinham o passado escravagista, trazendo para o debate étnico mulheres asiáticas e latino-americanas (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

Na defesa de um feminismo decolonial, Ochy Curiel (2009), teórica feminista afro-dominicana problematiza o fato de a história do feminino estar sempre atrelada à Revolução Francesa, como se antes desse ocorrido, e em outros lugares além da Europa, não existissem mulheres que lutassem contra o patriarcado. Nas palavras de Curiel (2009, p.1): "Se entendermos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares-tempos".

Nesse sentido podemos associar tal perspectiva com a crítica tecida por autoras feministas negras ao enfatizarem os problemas do feminismo branco e burguês, que ao reivindicar o direito ao trabalho e ao espaço público para as mulheres, ignorava o fato de que as mulheres negras já viviam essa realidade há muito tempo, e sob condições precarizadas. Como podemos observar nesta reflexão de filósofa Sueli Carneiro (2013, p. 1):

> quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas ou nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram

> que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

É necessário considerar como se pensa e o que se produz em outras latitudes, por isso, os estudos pós-coloniais de cunho feminista têm se debruçado sobre as contribuições, sobretudo, latino-americanas e caribenhas, buscando articular o gênero com outros aspectos, como classe e sexualidade, mas principalmente a raça e etnia. Para Curiel (2009), as mulheres latinas e de outros países tidos como "terceiro mundo" não se contentam mais em serem apenas objetos de pesquisa, mas reivindicam para si o direito de registrarem sua própria história, experiências, lutas e resistências.

Assim, tal projeto se insere numa renúncia a uma das principais características da modernidade ocidental, a universalização, condição baseada numa visão masculina, eurocêntrica e heterossexual. Trata-se de um processo que envolve novas propostas metodológicas e políticas que confrontam a colonialidade do poder, e que reconhecem a hibridização, a polissemia, o pensamento do outro, do subalterno e fronteiriço (CURIEL, 2009).

É neste sentido que a interseccionalidade dialoga com a geografia, pois na experiência espacial, as pessoas vivenciam, de forma simultânea, várias identidades, gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiência funcional, entre outras, de modo a experimentarem um

constante movimento destas intersecções pelo tempo e espaço (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

De acordo com Silva e Nascimento Silva (2014, p. 29):

> A metáfora da intersecção criada por Crenshaw (1991, 1994) permite imaginar vários eixos de poder, como gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc., como grandes avenidas que estruturam áreas sociais, econômicas e políticas. Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas.

A partir de uma visão que compreenda a multidimensionalidade dos sujeitos, concordamos com a bióloga e filósofa Donna Haraway (1995), ao defender que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista delas. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995).

Tal perspectiva também está presente na teoria da geógrafa Gillian Rose (1993), para quem o conhecimento é situado e parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, nas pesquisas empíricas é importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas que explorem ao máximo todos os ângulos das questões estudadas.

Acreditamos que a fluidez está presente nas relações de gênero. A discussão sobre tais relações não reconhece nenhuma justificativa biológica, psíquica e econômica que fundamente a desigualdade entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970). Mas rejeita o determinismo biológico e considera que muitas das funções atribuídas aos homens e às mulheres são socialmente apreendidas e utilizadas de modo a significar relações de poder e hierarquias (SCOTT, 1995). Por isso, consideramos que as oposições binárias entre feminino e masculino não são fixas, nem permanentes, por serem influenciadas pela subjetividade, linguagem e performatividade do gênero são fluidas, estão em devir e são, portanto, suscetíveis a alterações, graças às fissuras que tensionam esta estrutura normativa e dicotômica entre os sexos (BUTLER, 2017).

Compreendemos que as estratégias de resistência são fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano público e familiar, que além de possibilitarem a resistência e o enfrentamento das condições adversas dos citadinos mais pobres, permite a criação de espaços paradoxais, de modo a dotar essas pessoas de poder. Um poder que não se encontra centralizado apenas no Estado ou em grandes agentes do capital urbano e imobiliário, mas que se dissipa, como um feixe (FOUCAULT, 2008).

A ideia de espaço paradoxal criada por Gillian Rose (1993), complexifica as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que, mesmo entre segmentos que estão na ala fraca, não há apenas passividade, pois também são dotados de poder, e se há poder, também há

resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsider* (margem) e *insider* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos produzem transformações.

Para Rose (1993), o espaço não é transparente, tampouco uma superfície neutra. Esse pensamento é limitador e ainda está presente. Há pesquisadores (as), professores (as) e ativistas de movimentos sociais que ainda consideram as reivindicações de gênero e de raça como algo secundário, mas gênero e raça são estruturantes da sociedade brasileira. Quando ligamos a televisão, quando abrimos as páginas dos jornais, as notícias de agressões contra as mulheres, assassinatos de travestis, chacinas contra jovens negros, saltam aos olhos, embora alguns insistam em reforçar que as desigualdades que não se circunscrevem no debate de classe, são tendências dissipadoras das lutas sociais.

A justificativa dos que perpetuam essa negação está no fato de que enquanto lutas secundárias (gênero e raça), estas, fragmentam e enfraquecem o foco do movimento, pois são específicas, portanto, comprometem a "unicidade", a coesão de uma luta. Este discurso é, a nosso ver, tão superficial, pois tolhe a complexidade da vida, das pessoas e de seus sofrimentos, das espacialidades, que conforme argumentado por Massey (2008) resultam da coetaneidade de trajetórias.

Nacy Fraser (2006) nos apresenta uma alternativa de pensar a pluralidade de movimentos sociais de forma equivalente, sem que haja a sobrevalorização de uma luta em detrimento de outra. Ela argumenta que a justiça exige, ao mesmo tempo, redistribuição (questão de classe) e reconhecimento (questões de gênero, raça, etnia, sexualidades).

Massey (2008) vê o espaço como uma esfera de possibilidade e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, existe mais de uma voz. Espaço e multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. No tópico a seguir apresentaremos alguns dados que evidenciam as violências e preconceitos atinentes a vida de mulheres negras no espaço urbano.

A experiência excludente da mulher negra no espaço urbano: entre invisibilidades, desigualdades e violências

A atual ordem socioeconômica e espacial a que a população segregada está submetida leva-nos a refletir se essas pessoas têm o real acesso à cidade, pois a sua condição de vida reflete a negação do direito ao uso do espaço. À população é negado o direito a apropriar-se do espaço, tomar com seu algo que foi construído pelo seu trabalho e onde se localizam os serviços e bens capazes de suprir suas carências reais e as forjadas pelo valor de troca (LEFEBVRE, 1991).

Nesse ponto, como pensar no uso do espaço de uma cidade que não é produzida para todos? Lefebvre (1991) coloca que o direito à cidade apresenta-se como uma reivindicação daqueles que não a possuem, reivindicações que não cessam, pois, como o mesmo autor afirma, esse "direito caminha lentamente" (LEFEBVRE, 1991, p. 116). A esse propósito, Lefebvre ilustra como deve ser o direito à cidade para o homem urbano, quando pontua que:

> O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade se

> manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade do participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 117/137).

Assim, essa busca da sociedade pelo direito à realização individual deve ser uma prática constante, possibilitando o real direito à cidade, a apropriação do que de fato lhe pertence, a vida urbana. Para o supracitado autor, a desigualdade de acesso aos direitos entre os habitantes da cidade, à princípio tinha como fio condutor a segregação socioeconômica. O autor afirma que após a revolução industrial e o planejamento das cidades ocorreu segundo os interesses do mercado, assim, o tecido urbano foi organizado de forma que cada área atendesse ao crescimento econômico e não a coletividade (LEFEBVRE, 1991).

Esse projeto de sociedade urbana que é propago não contempla os sujeitos sociais em suas diferenças e condição espacial. Aos citadinos é negado o direito de usufruir desse espaço e de todos os benefícios que lhe são de direito. Lefebvre (1991) pontua que as pessoas acabam cedendo à dominação que sofrem cotidianamente por essa ser tão bem ordenada e idealizada, mas, principalmente, por ser bem executada. O mesmo autor afirma:

> Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daqueles que correm de sua moradia para a estação próxima ou distante para o metrô superlotado para o escritório ou para a fábrica para retornar à tarde o mesmo caminho e voltar para a casa afim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. (LEFEBVRE, 1991, p. 117)

Circunscreve-se a vida a simples reprodução da acumulação de uma riqueza que não lhe pertence, ao contrário, lhe é tirado o direito de poder se apropriar e usufruir dessa produção. A cidade desejada fica apenas no plano da ideação e não da prática. Lefebvre (1991) idealiza uma cidade em que todos tenham o real acesso a mesma com uma revolução na sua ordem e como o mesmo expõe "O direito à cidade [...] Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada." (p. 117).

A análise sobre áreas segregadas leva, geralmente, a entendê-las enquanto unidade, sem que haja diferenças internas espaciais, sociais, econômicas, culturais etc. Porém, percebe-se que esse fato não é uma regra e a análise direcionada a esse tipo de organização espacial não é feita em seu sentido amplo, pois a mesma revela em sua base as contradições em que a sociedade industrial foi erguida (LEFEBRVE, 1991).

Segundo a arquiteta e urbanista Erminia Maricato (2003) a segregação urbana, ao impor diferenças no modo de viver na cidade, com distintos níveis de acesso aos equipamentos públicos, mercado de trabalho e lazer retroalimenta as desigualdades nas cidades.

Para o geógrafo David Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade não se restringe a uma liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, é um direito comum de um poder coletivo, "o direito de nós mesmos pela mudança da cidade". Trata-se de algo difícil, uma vez que somente uma pequena elite política e econômica tem moldado as cidades conforme os seus interesses.

Mastrodi e Bastista (2018) explicam que o valor de uso aplicado à cidade implica no direito de viver, morar e conviver na cidade, usar parques, escolas, comércio, ou seja, não se limita ao

valor de mercado que o setor imobiliário aplica nas cidades. Porém, para fazer uso dos equipamentos da cidade, muitas vezes, as pessoas devem pagar por ele, sobretudo as famílias que residem nas áreas menos urbanizadas da cidade.

A expressão das desigualdades sociais e raciais nas grandes cidades brasileiras é uma realidade cruel e inegável. O processo de gentrificação ocorreu em muitas cidades. Os exemplos mais citados referem-se ao período republicano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde esse processo foi estrategicamente planejado pelo Estado, com o intuito de afastar a população negra das áreas centrais, destinando-os às zonas precárias e distantes, conduzindo-os a estigmatização (ROLNIK, 1989).

Nas palavras de Panta (2020, p.12):

> a segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido."

De acordo com uma série de publicações sobre levantamentos de dados socioeconômicos elaborados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) percebemos como as mulheres negras estão inseridas em contextos de níveis socioecômicos mais baixos, ao passo que são a maioria nos índices de violência urbana.

Apesar do aumento da inserção de mulheres no ensino superior, ultrapassando os níveis masculinos, a distorção de série é maior entre as mulheres negras, além de acesso delas aos cursos de graduação serem mais baixos do que dos homens brancos. As mulheres negras também estão nos níveis mais baixos de acesso e de prevenção à saúde, como por exemplo, nos exames de mamografia, o que dificulta o tratamento precoce contra o câncer de

mama. Em termos de trabalho, são as mulheres negras a maioria da população na condição de desemprego, também no âmbito das ocupações informais, sem carteira assinada e consequentemente, sem direitos trabalhistas.

> Os dados evidenciam uma clara segmentação ocupacional, tanto relacionada ao gênero, quanto à raça. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos) (IPEA, 2018, p. 27).

Vale mencionar que há um grande contingente de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada. Também chama a atenção o enorme crescimento do número de famílias formadas por casais, mas chefiadas por mulheres, em 1990 soma-se um total de 9.555.110 famílias, dez anos depois, esse número subiu para 17.506.801, alcançando em 2015 um total de 28.614.895 famílias (IPEA, 2018). Para Helene (2019, p. 6):

> é preciso, ainda, levar em conta a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras, esse fato é ainda mais grave. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada.

Quanto às condições de habitação e saneamento, as casas cujo índice de abastecimento de água é mais baixo são justamente as residências chefiadas por mulheres negras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os assentamentos subnormais, conhecidos como ocupações irregulares, com padrão urbanístico baixo ou inexistente e carência de serviços

públicos essenciais, têm em sua maioria, mulheres à frente da chefia familiar.

> [..] à medida que a estratificação tem correspondência com a segmentação social e segregação urbana, a divisão do trabalho contemporâneo ainda se dá na mesma lógica que preside a estrutura social: hierarquização social, racial e espacial dos indivíduos, através de sua localização no espaço físico da cidade (GARCIA, 2010, p. 11).

As residências dessas mesmas famílias são as que possuem as menores taxas de acesso a bens duráveis, telefone e internet, afetando assim a comunicação e informatização dessas famílias, bem como sobrecarregando o tempo de dedicação ao trabalho doméstico dessas mulheres, que socialmente recai sobre as mesmas.

> Em 2009, enquanto 37,9% dos domicílios urbanos chefiados por brancas ou brancos não dispõem da máquina de lavar, esta proporção é de 91,2% para os domicílios rurais chefiados por negras ou negros. Ressalte-se que a posse de tais bens impacta fortemente na utilização do tempo pela mulher, sobre a qual, em geral, recai a responsabilidade pelas tarefas domésticas (IPEA, 2018, p. 33).

Os dados do IPEA apontam que em 2016 apesar de as mulheres atualmente conquistarem uma participação maior no mercado de trabalho, obterem um nível de escolarização mais alto, haver redução das taxas de fecundidade graças ao uso de métodos contraceptivos e acesso a informação; elas dedicaram 73% a mais de horas do que homens (18,1 horas contra 10,5 horas) em atividades de cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. Quando se comparam regiões do país, observamos que no Nordeste as mulheres dedicam 80% de horas a mais do que os homens nestas

atividades, totalizando 19 horas semanais. Do ponto de vista étnico-racial, as mulheres negras e pardas são as que mais dispõem de seu tempo para atividades de cuidados de pessoas e afazeres domésticos, empregando 18,6 horas semanais de seu tempo.

Angela Davis (2016) ressalva de que as estimativas acerca do tempo que as mulheres dispendem com os incontáveis afazeres domésticos – cozinhar, lavar as louças e as roupas, arrumar a casa, varrer o chão, ir às compras etc., desconsideram a atenção que às mesmas dão às crianças.

> Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: Ninguém as percebe exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e ilustrado. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (DAVIS, 2016, p. 225).

A mobilidade urbana das mulheres negras é mais um ponto ímprobo de suas vidas. A distância da residência nas periferias precarizadas até os locais de trabalho, centros de comércio e de serviços, os transportes deficitários, porém, de tarifas altas, o assédio e a violência; são fatores que, analisados em conjunto, explicam o baixo transitar destas mulheres pela cidade, bem como sua ausência nos espaços de cultura, lazer, dentre outros, pois, como abordado por Mares e Whitacker (2019), trata-se de uma mobilidade ofertada e uma mobilidade efetiva. Sua análise combinada permite analisar as condições de mobilidade na escolha e/ou determinação sobre onde consumir, estabelecer suas práticas

lazer, decisões segmentadas pela renda e por motivações subjetivas de pertencimento, atração, repulsão.

Nas palavras de Ratts (2003, p.3):

> Deslocando-se entre espaços privados e públicos sua figura se confunde com a imagem da mulata, da empregada doméstica e das babás, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas (GONZALEZ, 1984), todas ícones que representam limites, barreiras, móveis e mutantes, porém não inexistentes.

Além da sobrecarga de trabalho, das ocupações informais e com baixas remunerações, dentre o público feminino, as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2020, elaborado pelo IPEA, uma mulher negra é assassinada a cada duas horas no país. Na comparação com o levantamento realizado em 2008, pesquisadores (as) identificaram que enquanto a taxa de homicídio contra mulheres brancas caiu 11,7%, a de mulheres negras aumentou 12,4% (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2020).

É assustadora a violência que ocorre de modo geral, contra a população negra no Brasil. Trata-se de um genocídio velado, já que infelizmente no modo como os casos são abordados pelas mídias prevalece a banalidade. Conforme argumenta Cyfer (2018), professora de teoria política, é somente através da visualização da fragilidade corporificada na esfera pública que se reconhece a humanidade, que se admite vidas que importam como humanas. É a fragilidade, a dependência um dos outros que nos torna humanos.

Desmascara-se a perversidade política da proibição do luto público, com a participação da mídia; por determinadas vidas, definindo quais vidas contam como vidas humanas, e quais não contam, distinguindo os nomes de quais mortos aparecerão nos

jornais e dos que não serão pronunciados. A verdade é que ao controlar a invisibilização e a excessiva exposição, esta estratégia oculta o sofrimento de alguns segmentos, impedindo a empatia, desumanizando os sujeitos cujas vidas não importam. São vidas inomináveis, reduzidas, quando muito, a números estatísticos.

Como afirma o filósofo Achile Mbembe (2018), a soberania se afirma como a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. A ideia da manipulação do luto, inegavelmente é influenciada pela teoria de Mbembe (2018) sobre a necropolítica, conceito criado por ele para explicar o exercício de soberania atual, que vai além da biopolítica levantada por Foucault. Esta é mais suficiente para as atuais formas de dominação e controle, agora os impérios utilizam-se da política da morte, criando zonas de poder ao ditarem quem pode viver e quem deve morrer. O controle da mortalidade é hoje a manifestação mais elevada de poder.

Segundo o autor, existe um sistema de subdivisões de populações em grupos e subgrupos para o exercício de controle e censura entre uns e outros baseados nas diferenças raciais, pois a raça sempre esteve presente no pensamento e práticas ocidentais, principalmente ao imaginar a desumanidade de povos estrangeiros, ou a dominação exercida sobre eles.

Muitos mecanismos elaborados ao longo da história de exploração de grandes impérios, como o apartheid e tecnologias nazistas baseadas na eugenia, serviram como aprimoramento para que o Estado "civilizasse" os modos de matar, embora a desumanização ainda persista (MBEMBE, 2018).

O autor traz a Palestina como um dos exemplos contemporâneos de necropoder. A ocupação colonial promove a concatenação de diversos poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. Num estado de sítio, toda a vida cotidiana militarizada, massacrando milhares de pessoas. Mas, as máquinas de guerra não se limitam às trincheiras, o autor também problematiza o mecanismo de endividamento sobre determinados países, através do qual se formam enclaves econômicos e é determinado o valor e utilidade das pessoas, que podem ser destituídas como escravos, peões ou clientes e transforma estes espaços em áreas privilegiadas de guerra e de morte (MBEMBE 2018).

Zygmunt Bauman (2011) também traz elementos interessantes para pensarmos nesses aspectos. Ele explica que a desigualdade de consumo se materializa como uma desigualdade existencial, afetando a pessoa no sentido de restringir sua liberdade de ação. Como exemplo, o autor cita o impedimento das mulheres frequentarem espaços públicos na Inglaterra vitoriana, e isso perdura até hoje em muitos países orientais, temos ainda o confinamento de londrinos no *East End* (área de superlotação de pobres e imigrantes) há mais de um século, que atualmente se reconfigura na lógica dos banlieues na França, as favelas latino-americanas, os guetos nas cidades dos Estados Unidos. As pessoas que vivem nestes lugares são humilhadas, desrespeitadas, inferiorizadas, têm parte fundamental de sua humanidade destituída.

Não precisamos ir tão longe para pensarmos numa demonstração empírica da teoria de Mbembe e também de Bauman, podemos compreender essa realidade no Brasil, país incluído no

sistema de enclaves econômicos. Aqui temos o genocídio do povo negro, sobretudo daqueles e daquelas destinados (as) a sobrevivência em favelas, no Rio de Janeiro, por exemplo. Sucumbidos entre o domínio territorial do tráfico de drogas, vivenciando duplamente o medo gerado pela ação truculenta de milícias e por traficantes. Permanecem em constante toque de recolher.

Alguns casos, tornaram-se inesquecíveis pelo alto nível de violência e perversidade. Em 2014, no Morro da Congonha, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, uma mulher foi morta por um tiro, num confronto entre policiais e traficantes, não bastasse isso, ao ter o corpo colocado dentro do porta-malas, uma parte do tecido de sua roupa ficou enroscada, o porta-malas abriu, e ela teve seu corpo arrastado por um carro da polícia militar por cerca de 350 metros, dilacerando-o. Seu nome era Cláudia Silva Ferreira. Alguns moradores (as) alegaram que os policiais atiraram deliberadamente nela.

E o que pensar de mortes que sintetizam todas as interseccionalidade, como gênero, raça/etnia, sexualidade, classe em uma só pessoa? É o que configura o assassinato de uma mulher de poder institucional, a vereadora Marielle Franco em 2018. Era uma mulher preta que militava pelas favelas e ocupava um cargo político. Ainda assim, foi executada em uma praça pública, e os responsáveis por seu assassinato permanecem na impunidade. Como nos alerta hooks (2013):

> Hoje vivemos no meio desse naufrágio. Vivemos no caos, na incerteza de que será possível construir e manter uma comunidade. As figuras públicas que mais nos falam sobre a volta dos valores antigos incorporam os males que King

> (Martin Luther King) descreve. São pessoas mais comprometidas com a manutenção de sistemas de dominação – o racismo, o sexismo, a exploração de classe e o imperialismo. Elas promovem uma visão perversa de liberdade que a equipara ao materialismo. Nos ensinam a crer que a dominação é "natural", que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes. O que espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossa vida cotidiana (hooks, 2013, p. 43).

Sempre houve resistência. E as mulheres negras têm resistido historicamente de diversas formas. Atualmente, o engajamento em movimentos sociais, associações de bairros e grupos de economia solidária têm proporcionado o protagonismo da luta destas mulheres, de diferentes gerações, que distantes de qualquer resignação, buscam incessantemente melhores condições de vida para si, suas famílias e suas comunidades.

A luta e resistências de mulheres negras nas periferias da cidade

Helene (2019) afirma que ao reivindicarem programas habitacionais em zonas centrais das cidades, por meio de ocupações e protestos, a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade adquiriu novas pautas como o acesso às infraestruturas e equipamentos sociais, além de empregos, porém, como afirmou Mares (2013, p. 2):

> Muito mais que ter respeitado o seu direito à cidade, essa parcela da população residente em áreas periféricas pobres deve ter o real acesso à uma vida urbana digna e usufruir de todos os elementos que a integram, exceto aqueles que, nesses tempos, a torna cruel - a desigualdade; essa que se exprime em todas as dimensões da vida urbana.

As mulheres que participam desses movimentos sociais travam uma luta contra uma segregação socioespacial generificada. Elas buscam além do direito de viver em espaços que permitam a reprodução da vida com qualidade, e assim, articulam diferentes formas de opressões que a cidade capitalista lhes condiciona (HELENE, 2019).

Neste sentido, Mastrodi e Batista (2018) destacam alguns movimentos feministas negros nas cidades, como por exemplo o Geledés – Instituto da Mulher Negra, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), o Centro de Estudos das Relações do Traballho e Desigualdade (CEERT), o Rolê das Pretas e grupos de saraus de ruas.

Segundo Garcia (2010) atualmente os movimentos sociais urbanos têm grande representatividade de mulheres e homens negros, inclusive na direção. E eles podem protagonizar e organizar lutas por uma cidade que inclua os seus interesses, superando as opressões de uma cidade desigual, patriarcal e racista.

Tavares (2017) destaca a forma inesperada de lugares marcados por tais exclusões. De acordo com a autora esses lugares podem se transformar em espaços de resistência, ressignificação e subversão dos padrões hegemônicos.

Os espaços generificados mencionados pela autora supracitada relacionam-se com a teoria dos espaços paradoxais de Rose (1993), pois onde há opressões, há também uma força que emerge por justiça, contra a discriminação, opressão, violências e segregação socioespacial. Geralmente, organizadas em grupos, essas mulheres realizam práticas de resistência, lutando por direitos e reconhecimentos (ROSE, 1993; TAVARES, 2017).

Uma perspectiva interessante observada nestes tipos de organizações é a da economia solidária. Segundo a socióloga Helena Bonumá (2015 p. 39-40):

> a Economia Solidária, assim concebida, propõe uma nova forma de organizar a produção, as relações de trabalho, as finanças, a comercialização, a distribuição e o consumo, se definindo como alternativa ao mercado capitalista, cuja lógica subordina os interesses dos trabalhadores, dos consumidores e dos cidadãos aos interesses do mercado e ao lucro de poucos. A Economia Solidária é considerada a atividade econômica e produtiva que visa a geração de trabalho e renda de forma associativa, cooperativa e autogestionária, buscando – mais do que o lucro – a sustentabilidade, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, o bem-estar e a dignidade humana, e a solidariedade.

Os grupos formados a partir deste embasamento têm como fundamento a solidariedade na busca pela redução da exclusão social. No Brasil, legalmente, tal conceito implica em produzir, vender ou trocar bens e/ou serviços para garantir a sobrevivência de um indivíduo ou de uma família. Assim, prevalecem o bem comum, as formas coletivas de autogestão, a cooperação, a solidariedade e a preservação ambiental (HERK, 2011).

> A economia solidária, tal como a concebemos hoje, resulta de experiências de auto-organização comunitárias para provimento de suas necessidades e de alternativas associativas para geração de trabalho e renda, que ao longo da história do capitalismo aparecem de diferentes formas, em diversos lugares (BONUMÁ, 2015, p. 36).

Segundo levantamento realizado por Herk (2011), de acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), os empreendimentos solidários caracterizam-se por serem associações, cooperativas, grupos, bancos comunitários ou redes de

cooperação; que podem realizar operações de produção, comércio, serviços, crédito, consumo e trocas; e preveem a solidariedade, autogestão, cooperação, justiça e sustentabilidade.

Historicamente, a economia solidária teve início na fase industrial capitalista, quando trabalhadores(as) rurais e operários(as), sobrevivendo em contextos de exploração e precariedade passaram a se organizar com base em ideias cooperativistas. Essa fase é denominada por economistas como cooperativismo revolucionário do século XIX (HERK, 2011).

Na década de 1970, pós-guerra, na França, houve grande movimentação social na busca por iniciativas de auxílio mútuo, e o papel feminino nessa conjuntura foi muito importante, já que eram as mulheres que levavam conhecimento educacional ao povo, auxílio aos menos favorecidos, cuidados de saúde, higiene e organizavam formas coletivas de trabalho. Esse fato, se repete em muitos países, da maior inserção de mulheres nestes tipos de iniciativas, já que elas "têm uma característica interessante de primarem pela organização coletiva como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, no intuito de buscar certa liberdade e independência econômica em relação aos homens (HERK, 2011, p. 57).

No Brasil, a economia solidária surge no início do século XX, por influência de imigrantes europeus (HERK, 2011). Mas, o primeiro empreendimento reconhecido como economia solidária data de 1885, no Nordeste do país. Tratava-se de uma comunidade quilombola que hoje é constituída por um grupo de mulheres jovens dedicadas ao artesanato. Além de comunidades quilombolas, as

aldeias indígenas e ligas camponesas no Brasil possuem acúmulo de experiências com trabalho autogestionário (BONUMÁ, 2015).

No Brasil, as inciativas de economia solidária cresceram após a adoção da política neoliberal, nos anos 1990. Esse movimento indicava uma forma de resistência e busca por sobrevivência diante da crise e do desemprego (COSTA, 2011). Nos anos 2000, tais empreendimentos seguiram crescendo sobretudo com a criação de políticas públicas de fomento à economia solidária propostas por governos populares, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (BONUMÁ, 2015).

Bonumá (2015) descreve que os dez principais princípios da economia solidária são: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social e cuidado com o meio ambiente. Herk (2011) explica que a pessoa gestora tem uma grande responsabilidade dentro da economia solidária, pois deve articular o grupo política e economicamente para garantir a tríade: capital, trabalho e cooperação.

Nas periferias das grandes cidades existem inúmeros exemplos de grupos formados por mulheres que atuam coletivamente, seja por si mesmas, ou por intermédio de instituições públicas e ONG's. Elas atuam sobre a reivindicação de melhorias para os bairros, contra a violência que dizima os jovens negros das favelas, na confecção de produtos ou prestação de serviços que possibilitem a ampliação da renda familiar. Há inclusive grupos juvenis atuando com o uso de tecnologias, para a elaboração de mapas cartográficos que exploram a realidade das favelas, também para a criação de sites, rádios comunitárias, escolas de capacitação.

A mesma fluidez que envolve o espaço também está presente nas relações de gênero. Compreendemos que essas estratégias de resistência fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano e familiar e público, quando as mulheres negras assumem projetos como estes, estão demarcando um espaço importante, e demonstrando que assim como as suas ancestrais, podem elaborar estratégias de sobrevivência e não se silenciam, nem se omitem diante das desigualdades e violências.

Considerações Finais

É inegável que durante muitos anos as análises sobre o espaço das cidades pautavam-se principalmente sobre as dinâmicas econômicas, quando muito, havia algum esforço em aprofundar teorias a partir do viés social, mas a inserção da escala do corpo e das subjetividades e interseccionalidades que este corpo apresenta, e como isso se projeta sobre o espaço urbano é algo recente.

As desigualdades do espaço urbano, manifestadas a partir de preconceitos, violências e da segregação socioespacial, evidenciam que há grupos cuja sobreposição de exclusão, os colocam em condições de maior invisibilidade e precariedade. As mulheres negras, que resistem bravamente sozinhas ou com suas famílias nas favelas e bairros marcados pela pobreza das grandes cidades, são exemplos claros de como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, é condicionada às piores situações da vida urbana. Há inúmeras Carolinas, espalhadas pelas cidades brasileiras.

Todavia, apesar de residirem em estabelecimentos precários, mal equipados em termos de infraestrutura, submetendo-

se aos trabalhos informais e de baixa remuneração, expostas cotidianamente à diversos tipos de violências, essas mulheres, assim como sempre fizeram, desde os tempos remotos de escravidão, encontram forças e somam-se em projetos na busca por melhores condições de vida, pelo direito à cidade, que há tanto tempo, tem sido negado a elas. Uma das estratégias encontradas para enfrentar a exclusão é a economia solidária.

Nosso intuito não é esgotar a discussão deste tema tão complexo e indispensável para a sociedade atual, há muito o que pontuar e debater sobre tais questões. Mas esperamos que essa discussão alcance mais pessoas interessadas por essa realidade.

Referências

BAUMAN, Z. **44 cartas ao mundo líquido moderno**. Zahar, 2011.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo – Livro 1**: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BONUMÁ, H. **As Mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan./jun. 2006, p. 329-376.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2013.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura** (Online), v. 14, p. 19-27, 2011.

CURIEL, O. Descolonizando el Feminismo: Uma perspectiva desde America Latina y Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre**

Praxis y Pensamiento Feminista, realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 1-15, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, A. S. Relações de Gênero, raça, classe e desigualdades Socio-ocupacionais em Salvador. **II encontro internacional de ciências sociais**: as ciências sociais e os desafios para o século XXI. Relações de gênero, raça, classe e desigualdades socioocupacionais em Salvador. 2010.

GARCÍA R. M D. ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, v. 29, p. 73–89, 2012.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, p. 951-974, 2019.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista Mediações** (UEL), v. 20, p. 97-128, 2015.

HERK, A. C. **Gênero e Economia Solidária**: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Editora Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo, Ática, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

MARES, R. M. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: O caso de Vitória da Conquista/BA. **Anais do II Simpósio de Estudos Urbanos**: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/mares-rizia-mendes.pdf>.

MARES, R.; WHITACKER, A. M. Fragmentacão socioespacial, mobilidade urbana e cotidiano na Bahia, Brasil. **Papeles Y Coyuntura**, v. 1, p. 304-327, 2019. Disponível em: http://repository.unipiloto.edu.co/bitstream/handle/20.500.12277/9009/FragmentacaoSocioespacial-Papeles-46.pdf?sequence=5&isAllowed=y.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. N-1 edições, São Paulo, 2018.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASTRODI, J; BATISTA, W. M. O dever de cidades includentes para as mulheres negras. **Direito Da Cidade**, v. 10, p. 862-886, 2018.

MOUTINHO, L. Negociando com a adversidade: reflexões sobre 'raça', (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. Vol.14, n.1, 2006, p. 103-116.

NELSON, L. La geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia una geografía global. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, p. 21-53, 2016.

PANTA, M. População Negra e o Direito à Cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. Dossiê Temático - **Memória e Legado das Resistências Negras**. ACERVO (RIO DE JANEIRO), v. 33, p. 79-100, 2020.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: 27o **Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)**, 2003, Caxambu, MG. Programa e Resumos do XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003. v. 1. p. 133-133.

ROLNIK, R. **Territórios negros nas cidades brasileiras**. 1989. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf. Acesso em: 18 denovembro de 2022.

ROSE, G. **Feminism & Geography**: The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, J. M.; SILVA, M. G. S. N. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

TAVARES, R. B. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. In: **Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, 2017.

Submetido em: 15 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 12 de maio de 2023.

PAULA, L. A. C. de; MARES, R M. MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA NA VIDA DE MULHERES NEGRAS DO ESPAÇO URBANO: DO LIMITANTE DIREITO À CIDADE ÀS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2942. Acesso em: 22 jul. 2023.